

# Crise pós-olímpica e perspectivas para o Rio de Janeiro\*

Jilly Traganou

*Arquiteta e professora de arquitetura e urbanismo of architecture and urbanism na School of Art and Design History and Theory at Parsons School of Design.*

Barbara Szaniecki

*Designer e professora da Escola de Design da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, membro do LADA/ESDI.*

Clarissa Moreira

*Clarissa da Costa Moreira é arquiteta e urbanista, Professora da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense.*

***\*Anotações de uma conversa de Barbara Szaniecki e Clarissa Moreira com Jilly Traganou***

Novembro de 2019. Trump continua sua política de crueldade contra imigrantes, uma poderosa onda de protestos de rua acontece no Chile e o governo brasileiro ameaça de reeditar o AI-5, medida autoritária e extrema que foi um marco da inflexão autoritária da ditadura militar brasileira nos anos sessenta. Neste contexto conflagrado, realizamos uma entrevista remota com Jilly Traganou, pesquisadora grega residente nos Estados Unidos e que trabalha principalmente o tema das cidades olímpicas e o papel do design nos processos de dissenso, dando continuidade a um frutuoso intercâmbio entre pesquisas sobre questões urbanas contemporâneas no Rio. de Janeiro. A entrevista deu lugar a uma conversa e troca de percepções e dados sobre o que aconteceu no Brasil desde 2016.

No mesmo ano de 2016, Jilly Traganou publicou o livro *Designing the Olympics: Participation, Representation, Contestation* (Desenhando as Olimpíadas: participação, representação e contestação) pela Routledge. Desde então a autora segue acompanhando o processo dos Jogos Olímpicos que este ano deveria ser realizado no Japão, tendo já realizado um trabalho anterior sobre Tóquio. Em seu livro, ela mostra que, no contexto das Olimpíadas, as disputas se tornaram mais fortes durante as últimas décadas, com protestos relacionados aos muitos problemas sociais e econômicos e às dificuldades causadas pelo próprio processo de construção das infraestruturas necessárias para sediar as Olimpíadas.

Desde os protestos ocorridos no México em 68, mas principalmente depois de Pequim em 2008, as disputas se tornaram mais conhecidas globalmente graças às redes sociais. Jilly nos relata que, até então, os movimentos eram principalmente locais ou nacionais mas com uso das tecnologias de comunicação atuais ganharam uma nova amplitude. Foi a primeira vez que a internet foi usada para divulgar e convidar pessoas a participar de protestos olímpicos, dentro e muitas vezes fora dos países anfitriões. No caso de Pequim, por exemplo, houve manifestações em São Francisco, Londres e Paris durante o percurso da tocha olímpica e não tanto no próprio país anfitrião. As disputas se tornaram mais globais, mais transnacionais.

Em Vancouver, em 2010, durante os jogos olímpicos de inverno foi lançada a ideia de uma tocha anti-olímpica e deu-se início ali a um ritual que continuou e ficou mais forte, ocorrendo novamente em Londres 2012. Traganou nos explica que neste ritual anti-olímpico, os competidores levam a tocha anti-olímpica para a próxima cidade-sede. É um

momento de troca de experiências sobre como as pessoas podem lutar e resistir às Olimpíadas nos países e cidades anfitriões.

No caso de Londres, segundo a autora, os organizadores tentaram evitar todo tipo de contestação pública, tentando incluir experiências de participação. A ideia de um «design» participativo também se tornou muito mais institucionalizado e hoje, quase todos os projetos têm um componente participativo e envolvem a comunidade ou testam idéias diretamente com os usuários ou as comunidades para quem os projetos estão sendo criados. Quase todos os escritórios de design, segundo Jilly, ao menos pretendiam estar trabalhando neste sentido, buscando incluir algum tipo de participação no projeto. A autora lembra que, em seu livro, o capítulo sobre o projeto das Olimpíadas de Londres mostra o quanto o discurso da participação se generalizou, enquanto a verdadeira participação realmente não aconteceria pois as organizações olímpicas detêm a propriedade intelectual em relação a tudo o que fazem, especialmente aos designs gráficos. Por exemplo, em relação ao logotipo olímpico, as únicas entidades que podiam usá-los eram aquelas que podiam pagar os direitos, mas esses custavam muito caro. Caso semelhante aconteceu em Tóquio. Os organizadores olímpicos pareciam abrir querer os processos, democratizando a realização das Olimpíadas, mas, na verdade, a forma inclusiva e participativa realmente não aconteceu, a não ser de modo muito superficial. Se houve alguma real participação foi no âmbito do movimento anti-olímpico que foi muito ativo.

No entanto, se essa intenção participativa aparece de algum modo em Londres e Tóquio, no caso do Rio de Janeiro esta vertente praticamente não existiu. Houve algumas idéias de inclusão social através da construção de equipamentos esportivos que pudessem ser trasladados a outros locais, que não chegaram a se concretizar. O plano olímpico foi desenvolvido por empresas privadas internacionais e pelo comitê olímpico, com alguma possibilidade de participação dos poderes municipais locais, com quase nenhum envolvimento da sociedade civil, em grandes áreas pertencentes às maiores fortunas da construção civil carioca. Afinal, de acordo com o maior proprietário de terras na região onde se implantou o parque Olímpico, Carlos Carvalho, aquele espaço não poderia ser para pobres.

Neste contexto, os protestos no Rio de Janeiro são particulares pois não se pode dizer que tenham sido protestos unicamente contra as Olimpíadas. Na realidade, ele eram

contra toda uma política urbana centrada em grandes investimentos especulativos com relativamente poucos ganhos para a cidade com um foco claro na questão da mobilidade como foi o caso daqueles que se mobilizaram com sob o slogan “não é pelos 20 centavos”. Estas manifestações se iniciaram logo antes da Copa do Mundo de 2014, permaneceram até 2016, mas a partir de 2015 deixaram de ter como alvo os grandes eventos e se tornaram sobretudo anti-governo e anti-corrupção. De todo modo, a agenda intensa de megaeventos ocorrendo na cidade, iniciadas em 2007 nos Jogos Pan-Americanos, teve um papel catalisador dos grandes protestos de 2013 no Rio de Janeiro, ainda que sua principal motivação tenha sido a questão do aumento dos transportes. Rapidamente novas pautas se agregaram, como a das remoções em curso para as grandes obras olímpicas, a violência nas favelas (“Cadê o Amarildo?”), e o consumo de recursos públicos em grandes obras que não levam qualidade de vida à população (“Não vai ter Copa”).

O projeto olímpico e seus organizadores reagiram a toda essa pressão popular com algumas concessões mais discursivas que efetivas, como a ideia de que as estruturas esportivas olímpicas seriam posteriormente transferidas para locais com necessidades maiores, mas estas edificações estão hoje abandonadas, assim como grande parte da infraestrutura olímpica.

Nesta linha de projetos não realizados ou interrompidos, devemos citar também a operação Porto Maravilha. Para Jilly, talvez o fato de ter sido realizada apenas parcialmente pode criar novas oportunidades para a população local no sentido de se apropriar efetivamente da base deixada. Se trata de uma trajetória muito diferente daquela que havia sido imaginada pelas organizações e grupos envolvidos na realização dos Jogos e de toda a transformação urbana. Não foi realmente dada uma nova direção para estes projetos e para toda esta infraestrutura urbana cara tornada rapidamente supérflua, em grande parte. Mas, quem sabe, pode vir a acontecer.

Em nossa conversa, Jilly nos perguntou se havia algum novo imaginário que emergia desse projeto olímpico incompleto, redirecionando-o, talvez, para repensar o que ficou inacabado, pensando nos projetos olímpicos de um modo distinto do que foi imaginado no projeto original, mais de acordo com a dinâmica da cidade no período pós-olímpico. No entanto, logo antes da realização dos Jogos Olímpicos, o Brasil já enfrentava uma grande crise e assim as Olimpíadas já se deram em meio ao clima de fracasso geral no plano político-econômico e a críticas duras ao governo federal em situação de grande

fragilidade política em 2016. Podemos dizer que sequer houve tempo de se desenvolver uma nova visão para o porvir da cidade.

De fato, as crises nas cidades olímpicas costumam ocorrer após o final dos megaeventos, como no caso de Atenas, mas no caso carioca começaram bem antes. Em Atenas os Jogos Olímpicos pavimentaram a via para uma enorme crise financeira na qual o país entrou quatro anos depois. As Olimpíadas não foram a razão principal da crise mas foram emblemáticas dos gastos excessivos e de um modo de desenvolvimento urbano neo-liberal que em conjunto, criaram a crise. No caso do Brasil, o país vinha em uma onda de crescimento econômico com perspectivas muito otimistas mas também imensamente especulativas, sem fundamentos econômicos reais para sustentar especulações tão amplas. O caso do Porto do Rio de Janeiro é emblemático e não se chegou a construir nem 30% do que se poderia ter construído.

O imaginário que surgiu no momento pós-Olímpico, foi muito distante de possibilitar visões sobre como prosseguir a partir dali, considerando o que havia sido feito e suas possibilidades. Se existiu de fato um imaginário ali, foi o do apocalipse ou da catástrofe iminente. Essa frustração foi organizada a partir das críticas feitas a esse modelo de desenvolvimento, esse tipo de projeto urbano, essas receitas internacionais acríicas e a repetitiva exclusão das regiões mais carentes da cidade. No entanto, longe de resultar numa reflexão moderada no sentido de rever projetos, ações e modelos, o que tivemos foi a captura de toda a indignação gerada para construir a ideia de uma crise total. O grande medo seria um tornar-se a Venezuela, numa crise geral dos serviços, das atividades e das infraestruturas nacionais ameaçando diretamente a sobrevivência de grande parte da população. Neste período tivemos o incêndio no Museu Nacional do Rio de Janeiro para somar a percepção geral de destruição. O imaginário da crise se torna então o imaginário da catástrofe.

Mas, na verdade, a realidade de tudo o que se passou ainda precisa ser cuidadosamente avaliada. Muito rapidamente começamos a receber as fotos do Maracanã e outras estruturas já abandonadas. Rápido até demais. O que realmente aconteceu com as estruturas olímpicas, porque foram tão rapidamente abandonadas? A mídia também colaborou nesta construção. Embora tenha passado a denunciar o projeto, o Grupo Globo de comunicação, com suas empresas e fundação, dele fez parte e dele se beneficiou.



Imagem: o jogo de Philippe Leon Anastassakis foi jogado no Centro Carioca de Design e na Lanchonete-Lanchonete na zona portuária do Rio de Janeiro. Fotos: Philippe Anastassakis

Há um grande trabalho a ser feito que é o de avaliar o que realmente está acontecendo. Na zona portuária, em um exercício de co-design com o fotógrafo Philippe Anastassakis, foi construído um jogo a fim de possibilitar à população local um instrumento de análise e comunicação sobre o processo de transformação do Porto. Os moradores expuseram todas as promessas feitas e não realizadas: a de um shopping center que deveria ter sido construído e não foi, os empregos que seriam gerados para os locais com base nisso e que nunca chegara,... Muitos deles foram expulsos da região direta ou indiretamente, o comércio local foi devastado pela operação urbana Porto Maravilha. Um vazio foi produzido por este projeto. O impacto na mobilidade urbana também foi mencionado, com a retirada de todos os ônibus para instalar o VLT, que circula vazio...deixando os moradores dali isolados. Foram construídas grandes atrações na área, museus e o aquário. A comunidade observa que estes foram inaugurados e os locais não foram convidados.





Hoje quando vamos ao Porto, fora das regiões renovadas, geralmente vazias, a paisagem é de catástrofe, com muitas lojas e casas fechadas, mas quando nos aproximamos mais, vemos que a comunidade continua resistindo e produzindo. Recentemente foi realizado o seminário sobre 10 anos da operação urbana, em um museu da cultura africana, o MUHCAB (Museu da História e da Cultura Afro-Brasileira). Foi uma importante ocasião para pesquisadores, ativistas e comunidade fazerem um balanço desta história recente, Este museu é como um espaço vazio, mas, por iniciativa da equipe do museu bastante dedicada, abriram espaços para as comunidades locais, onde fazem atividades, dança, música, artesanato. A esse respeito, Jilly observa, que também nos Estados Unidos este tipo de linha museológica vem sendo desenvolvida afirmando o museu não necessariamente como um local onde artefatos ficam hospedados, e sim como espaços que podem e devem se abrir mais para as comunidades. Seria, para Jilly, a transição de um tipo de museu-templo para um museu-fórum. O museu do Queens, em Nova York, atua desta forma. De fato, Jilly afirma que este tipo de iniciativa pode ser interessante e positiva a partir dessa impossibilidade de cumprir a visão inicial, imposta. A perspectiva de que mais e mais pequenas ações e apropriações de grupos que não deveriam normalmente estar lá na proposta gentrificadora, mas que a partir desse lugar expropriado e deixado vazio, voltavam e criavam algo próprio. O arquiteto e urbanista Demetre Anastassakis, homenageado por ocasião da Mostra de Projetos «Outros Portos», observava desde o início da crise que paralisou o projeto para o Porto, que esta oferecia uma oportunidade em termos de desenvolvimento mais popular do bairro e de sua nova



infraestrutura, e, neste sentido, trabalhava em projetos de habitação social com organizações sociais locais.

Na região também se implantaram alguns co-working de grupos ligados ao design, como o espaço Goma, a partir de chamada municipal para ocupação destes edifícios por em-presas criativas. De fato, alguns edifícios que deveriam ser transformados em habitação popular em programa municipal para este fim foram reformulados para esta nova demanda, ignorando a questão da moradia popular no bairro. A nova classe de criativo no Porto chegou com sua própria agenda e até fez tentativas bem ou mal sucedidas de aproximação da população local, que estava sob risco de expulsão. Não vimos muitas iniciativas no sentido de apoiar ou auxiliar na melhoria das condições locais de habitação, deixando transparecer claramente o objetivo de substituição de população na área.

Jilly observa que houve um interesse topográfico pelo local como um espaço a ser retomado, mas as pessoas que estão nesse local não estiveram e nem estão na agenda, a não ser como obstáculos, como tem sido na política mundial típica de zoneamento e gentrificação, em processos feitos de cima para baixo. A ideia de que o lugar é tão interessante que temos que atrair os artistas, os ricos mas não os pobres.

No seminário mencionado, Mauricio Hora, um ator e articulador bastante conhecido, observou o quanto esses apoios acadêmicos, institucionais e ativistas foram importantes para a comunidade do Porto, possibilitando que eles ainda estivessem lá hoje, porque a intenção clara era fazê-los partir. Mas conclui dizendo que a população local ainda não está segura lá. Eles estão muito conscientes de que não acabou e que todo o processo pode começar novamente muito em breve, e portanto, é importante não esperar pelo próximo ataque econômico do grande capital para se mobilizar novamente. Recentemente, já em 2020 em plena pandemia, Maurício Hora foi um dos promotores de um projeto para levar água potável para higienização de mãos na comunidade, pois passada a grande operação urbana que investiu mais de 8 bilhões de reais na área, o poder público não foi capaz de construir a infraestrutura mínima necessária.

O ano de 2020, que se tornou o ano de uma das maiores pandemias que assolou o planeta, seria o ano do Rio de Janeiro como Capital Mundial da Arquitetura, título recentemente criado pela UNESCO. Qual será a agenda de um tal evento face a todas as questões que assolaram e ainda assolam a cidade do Rio de Janeiro e sua população,

cruelmente expostos hoje não apenas aos males anteriores da falta de infraestrutura e da violência urbana e estatal, mas agora também à falência da saúde pública e a persistência de um vírus especialmente perigosos para as comunidade de baixa renda? Do ponto de vista da arquitetura e do urbanismo, Jilly observa que certamente não se deve à estrutura física olímpica uma tal premiação, mas possivelmente à qualidades anteriores da cidade de convivialidade urbana que persiste apesar dos avanços neoliberais, e do horizonte de possibilidades da arquitetura informal da cidade, uma vez que as novas construções cariocas começam por não ter nada de cariocas e tudo de genéricas e globais.

Numa tal oportunidade, seria sem dúvida necessário refletir sobre o Rio de Janeiro pós-olímpico e em plena pandemia, que expõe claramente suas questões de desgoverno e descaso, já não tratadas no período anterior. A experiência olímpica pode ajudar a pensar nestes grandes eventos como oportunidade de visibilidade para as correntes mais críticas, desde que consigam manter sua autonomia e engajar modos de atuar alternativamente, sem se deixar diluir nas grandes disputas políticas que muitas vezes tem pouca ou nenhuma preocupação com as questões locais e reais. De um ponto de vista analítico, os Jogos Olímpicos revelam os problemas mais críticos de uma cidade e o modo através do qual esta é governada, tornando mais visível a falta de oportunidades cidadãs de agir alternativamente para além do dissenso. Como evento, o Rio de Janeiro ser a Primeira Capital Mundial da Arquitetura faria sentido apenas nesta perspectiva de que esse título se tornasse um catalisador urbano, promovendo a transformação urbana via processos democráticos, com o protagonismo real dos cidadãos.